

A PERCEÇÃO DOS GESTORES DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS ACERCA DA GESTÃO DE RISCOS

THE PERCEPTIONS OF FEDERAL UNIVERSITY ARCHIVE MANAGERS ON RISK MANAGEMENT

Priscila Lopes Menezes

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag24a5>

Resumo: O artigo investiga as representações sociais sobre a Gestão de Riscos (GR) em arquivos de universidades federais brasileiras, destacando percepções de gestores sobre desafios e práticas institucionais. A pesquisa qualitativa, realizada entre 2021 e 2024, utilizou entrevistas semiestruturadas com gestores de universidades que possuem Plano de Gestão de Riscos. A análise foi conduzida pela metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo, fundamentada na Teoria das Representações Sociais. Os resultados apontam problemas como ausência de orçamento próprio, carência de pessoal qualificado e prioridade de outras áreas em detrimento da arquivística. Revelaram-se dois eixos principais: avanços na organização arquivística e valorização do patrimônio documental, em contraste com fragilidades estruturais, limitações físicas, escassez de recursos humanos e falta de apoio institucional. Embora reconhecida como indispensável, a GR ainda ocorre de forma reativa e fragmentada. Conclui-se que a mudança cultural, sustentada por políticas, protocolos e integração de equipes, é fundamental para consolidar práticas preventivas de preservação.

Palavras-chave: Arquivos universitários; Discurso do Sujeito Coletivo; Gestão de riscos; Representações sociais.

Abstract: The article investigates social representations of Risk Management (RM) in archives of Brazilian federal universities, highlighting managers' perceptions of challenges and institutional practices. The qualitative research, carried out between 2021 and 2024, used semi-structured interviews with managers from universities that have a Risk Management Plan. The analysis was conducted through the Collective Subject Discourse methodology, based on Social Representations Theory. The results indicate problems such as the absence of a dedicated budget, shortage of qualified personnel, and the prioritization of other areas to the detriment of archival work. Two main axes were revealed: advances in archival organization and the appreciation of documentary heritage, contrasted with structural weaknesses, physical limitations, scarcity of human resources, and lack of institutional support. Although recognized as indispensable, RM is still carried out reactively and in a fragmented way. The study concludes that cultural change, supported by policies, protocols, and team integration, is essential to consolidate preventive preservation practices.

Keywords: University archives; Collective Subject Discourse; Risk management; Social Representations.

Introdução

A Humanidade tem presenciado, constantemente, situações de sinistros que colocam em risco as unidades de informação. No Brasil, um exemplo que ocorreu em abril de 2024, foram as enchentes enfrentadas por diferentes instituições e pessoas no estado do Rio Grande do Sul, em que seus acervos ficaram debaixo de água. Fato que desencadeou forças-tarefas a fim de resgatar e salvaguardar as informações preservadas.

A fim de elucidar, a nível mundial, a Ucrânia vem perdendo arquivos significativos, desde a invasão russa, em fevereiro de 2022, eliminando parte do patrimônio cultural do país. Como alternativa de preservação, diferentes organizações como a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Aliança Internacional para a Proteção de Patrimônios em Áreas de Conflito (ALIPH), o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM), entre outros, têm se mobilizado para documentar e estabilizar locais e acervos danificados, além de promover capacitação à população, permitindo que as pessoas auxiliem a cadastrar imagens e obras destruídas (SHAREAMERICA, 2023).

Em julho de 2025, Brand (pesquisador, especialista em arte e antiguidades) auxiliou na recuperação de documentos raros, datados do século XV e XVI, furtados do Arquivo Nacional da Holanda por um funcionário do local, há aproximadamente dez anos atrás. A documentação era tida como extraviada, sem a percepção do roubo ocorrido (GOMES, 2025).

Diante destas diferentes situações de risco aos acervos, que representam um desafio para os profissionais da informação e para a sociedade, e ciente da necessidade de proteger o patrimônio documental, garantindo sua acessibilidade e preservando a história, este artigo apresenta um recorte dos resultados de pesquisa de doutorado em Ciência da Informação a respeito da percepção de gestores de arquivos universitários federais quanto ao gerenciamento de riscos nos setores de guarda documental.

Para tanto, a fim de coletar dados, entre os anos de 2021 e 2023, foram identificadas quais universidades federais brasileiras elaboraram um Plano de Gestão de Riscos (PGR) para seus arquivos. Com essa delimitação, em maio de 2024, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com os gestores. A metodologia utilizada para a interpretação e análise dos dados foi o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), fundamentada na Teoria das Representações Sociais (TRS), com o objetivo de resgatar as representações sociais manifestadas nos discursos.

O gerenciamento de riscos e o Plano de Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos, quando aplicado aos arquivos, tem como pano de fundo a preservação da informação e a compreensão do patrimônio documental como um bem comum a todos, em que os documentos não corram o risco de se tornarem inacessíveis. Pois, a evidência que se tem é que “[...] o patrimônio é um bem intocável e um recurso não renovável. Insubstituível e de enorme valor simbólico” (INSTITUTO..., 2017:16).

O patrimônio só adquire relevância quando reconhecido socialmente como elemento de identidade coletiva, resultado de construções históricas que vinculam sujeitos, sociedade e espaço (JONES e PAPPAS, 2023). Esse reconhecimento mobiliza esforços para evitar sua destruição, seja em dimensão material ou imaterial.

Inseridos em uma “sociedade de risco” (BECK, 2011), os arquivos estão expostos a ameaças constantes, muitas vezes naturalizadas. Embora os riscos nunca sejam totalmente eliminados, é possível atuar de forma antecipatória, aprendendo com experiências passadas e evitando a postura de negação. Enquanto problemas demandam soluções imediatas, o risco resulta da combinação entre ameaças e vulnerabilidades, impactando

diretamente os objetivos institucionais (ÖZALP, 2022; PEDERSOLI JÚNIOR, 2023). Nesse sentido, o gerenciamento de riscos ultrapassa a lógica da redução de danos e passa a incluir a promoção de resiliência e adaptação, estimulando mudanças nas práticas organizacionais (GIULIANI, FALCO e CUTINI, 2021).

No campo normativo, destaca-se a ISO 31.000 (ASSOCIAÇÃO..., 2018), que estabelece princípios e diretrizes para coordenar atividades de identificação, controle e resposta a riscos em diferentes organizações.

No âmbito dos arquivos, recomenda-se a elaboração de planos específicos de gestão de riscos e desastres (SHEPARD, 2018), que contemplem desde a prevenção até a recuperação pós-evento. Esses planos devem detalhar fases, integrar equipes profissionais e adotar respostas rápidas, assegurando a continuidade das funções institucionais (BERNARD e CARROLL, 2022). A documentação das decisões é igualmente essencial, funcionando como prestação de contas e permitindo avaliar a efetividade das ações e propor melhorias (BEERENS, TEHLER e PELZER, 2020).

A proteção dos acervos envolve múltiplas dimensões: retardar a ação do tempo e das intempéries climáticas, resguardar a integridade física dos prédios que os abrigam e prevenir falhas de gestão, resistência de equipes ou práticas inadequadas de usuários. Também se estende à segurança contra roubos, tanto físicos quanto cibernéticos, que podem gerar lacunas irreversíveis nos fundos documentais. Além disso, é preciso combater a percepção de que os arquivos se restringem ao passado e são dispensáveis, reforçando sua relevância cotidiana como suporte de direitos, memória e identidade institucional.

Os arquivos: características

Ao tomar como objeto de estudo os arquivos, torna-se necessário abordar sua definição e características. Para Delmas (2010), há consenso internacional de que os arquivos consistem em documentos reunidos por pessoas ou instituições em razão de suas atividades, formando um fundo orgânico destinado a usos diversos e imprevisíveis. Além disso, o termo designa tanto as instituições responsáveis por sua preservação e acesso quanto os edifícios e serviços que os abrigam. Complementarmente, Lopes (2013) ressalta que podem ser públicos ou privados, contemplando registros do passado e do presente, produzidos ou recebidos no exercício de funções administrativas, técnicas, artísticas ou científicas.

Percebidos como bases de informação, os arquivos remontam ao surgimento da escrita, quando os signos registrados passaram a ser preservados para comunicar atos e conhecimentos (MORIGI e NERY, 2014). Sua relevância decorre de características próprias: unicidade, imparcialidade, autenticidade, originalidade, organicidade e naturalidade (RICHTER, GARCIA e PENNA, 2004). Por esse motivo, sua produção é inevitável nas instituições e acompanha todo o ciclo documental, desde a criação até a destinação final.

Nesse percurso, a gestão documental assegura a recuperação, preservação e tratamento adequado dos registros (MARIZ e VIEIRA, 2020), orientada por princípios arquivísticos como pertinência, proveniência, reversibilidade e respeito à ordem original. Ainda que os princípios sejam aplicáveis a qualquer tipologia documental, a natureza dos registros

permanece inalterada, cabendo à Arquivologia garantir sua validade e fidedignidade (BELLOTTO, 2017).

No contexto universitário, os arquivos públicos surgem em paralelo à consolidação das universidades brasileiras, a partir da década de 1920, quando a gestão administrativa exigiu espaços específicos para guarda e conservação (VENÂNCIO, 2012). Inicialmente com enfoque administrativo, esses arquivos só mais tarde passaram a reconhecer sua função de apoio ao ensino, à pesquisa, à extensão e à cultura (MENEZES, 2012).

O processo de institucionalização se fortaleceu a partir dos anos 1980, com a criação de centros de memória dedicados a documentos acadêmicos e técnico-científicos (SANTOS, 2018). A década seguinte marca um divisor de águas: em 1990, o I Seminário Nacional de Arquivos Universitários, promovido pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), consolidou a área como campo especializado da Arquivologia (BOTTINO, 2012). Internacionalmente, o Congresso do Conselho Internacional de Arquivos, realizado em Montreal (1992), criou a Seção de Arquivos de Universidades e Instituições de Pesquisa (ICA/ SUV), fomentando cooperação e intercâmbio acadêmico (COUTINHO, 2019).

Atualmente, reconhece-se que os arquivos universitários desempenham papel estratégico. Eles preservam a memória institucional, subsidiam a gestão administrativa e oferecem fontes de pesquisa para a comunidade acadêmica e sociedade em geral (CARPES e FLORES, 2013). Nas universidades públicas federais, além de atender às demandas administrativas, têm a função de apoiar a produção, organização, difusão e preservação do conhecimento científico, registrado nos documentos que compõem seu patrimônio arquivístico (MENEZES, 2012). Assim, constituem-se em espaços centrais para reconstruir o itinerário das instituições e compreender práticas de ensino e pesquisa em diferentes contextos políticos, sociais e culturais (SANTOS, 2018). Preservar esses registros significa garantir a memória coletiva e consolidar o patrimônio documental universitário.

A metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo

A metodologia do DSC foi desenvolvida no final da década de 1990, na Universidade de São Paulo (USP), pelos professores Fernando Lefèvre e Ana Maria Cavalcanti Lefèvre. Inicialmente voltada às pesquisas qualitativas em saúde pública, seu objetivo era explorar opiniões, visões e representações emitidas pelos indivíduos de modo a captar o pensamento coletivo de determinado grupo (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003).

Com o tempo, o método ultrapassou as fronteiras da saúde e passou a ser adotado em diferentes áreas do conhecimento, no Brasil e no exterior, sob a denominação *Collective Subject Discourse* (CSD), tornando-se uma alternativa para identificar o que os sujeitos efetivamente pensam (MELLIN e LEFÈVRE, 2017).

No ano 2000, os autores contaram com a colaboração de Luiz Salles para a criação do *software* Qualiquantisoft, concebido para apoiar a aplicação da metodologia. Posteriormente atualizado para o DSCsoft, o recurso computacional contribui apenas para operacionalizar as etapas, visto que a elaboração do discurso depende essencialmente da análise e das escolhas do pesquisador (LEFÈVRE, 2017).

Em março de 2015, o falecimento de Ana Maria Cavalcanti Lefèvre marcou a continuidade de sua contribuição ao campo social, especialmente na investigação de opiniões espontâneas de coletivos (ASSOCIAÇÃO..., 2015).

A proposta do DSC tem como fundamentos a Teoria das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovici, e a teoria sociológica de Pierre Bourdieu, ambas de origem francesa. Lefèvre (2021) explica que essas perspectivas permitem articular as experiências do mundo social às formas de pensar e agir dos indivíduos, construídas desde a infância até a vida adulta, sempre mediadas pela interação social (PINÇON e PINÇON-CHARLOT, 1999; ROCHA, 2014). A TRS, em particular, é resultado da comunicação e da influência social, cujo propósito é favorecer a interpretação de características, intenções e motivos subjacentes às ações humanas, servindo de base para a formação das opiniões (MOSCOVICI, 2009).

O DSC, portanto, estrutura-se como estratégia metodológica voltada a investigar representações sociais a partir da matéria-prima dos discursos verbais. Nesses discursos, circulam conteúdos comuns a um grupo social, que se consolidam nas condutas individuais e coletivas (BRITO, LAUER-LEITE e NOVAIS, 2021). Trata-se de um método descritivo: ele gera discursos que, para serem interpretados, precisam ser associados a uma teoria. Não busca esclarecer por que determinada opinião é produzida, mas possibilita, por meio da análise, reconhecer representações sociais compartilhadas (LEFÈVRE, 2021).

A construção do DSC ocorre a partir da seleção de trechos literais dos depoimentos que possuem sentidos semelhantes. Assim, os pensamentos individuais são transformados em discurso coletivo, ainda que possam ter origem em diferentes fontes: entrevistas, discussões em grupo, documentos legais, artigos de jornais, revistas etc. (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2012). O resultado não é invenção do pesquisador, mas reconstrução interpretativa das representações sociais. Nesse processo, o pesquisador desempenha papel ativo ao dar sentido àquilo que o ator social já atribui ao seu mundo (LEFÈVRE, 2017). Em termos metafóricos, Lefèvre e Lefèvre (2014) descrevem os pesquisadores como “parteiros” das representações sociais, trazendo à luz depoimentos coletivos que expressam a voz da sociedade.

Segundo Figueiredo (2021), a importância do DSC está em dar voz às pessoas, permitindo que experiências comuns se manifestem como um discurso coletivo. O método expressa um “eu ampliado”: as falas são apresentadas em primeira pessoa do singular, mas não representam indivíduos isolados e sim um coletivo que compartilha modos de pensar. Esse recurso possibilita que os respondentes se reconheçam no discurso final, mesmo quando não tenham expressado exatamente aquelas palavras (LEFÈVRE *et al.*, 2010).

A metodologia demanda a coleta de dados por meio de perguntas abertas, que propiciam ao entrevistado narrar livremente sua experiência. Nessa etapa, a entrevista semiestruturada constitui um instrumento privilegiado, pois estabelece um ambiente de diálogo que favorece a espontaneidade das respostas (LEFÈVRE, 2021).

Para sua operacionalização, o DSC é estruturado em quatro figuras metodológicas (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2003, 2012; LEFÈVRE, 2017):

- a) Expressões-Chave (ECH): trechos selecionados dos discursos, contínuos ou descontínuos, que preservam a forma como o entrevistado se expressou, destacando elementos afetivos e descritivos.

- b)** Ideias Centrais (IC): sínteses conceituais das ECH, que revelam o conteúdo essencial dos depoimentos.
- c)** Ancoragem (AC): manifestações de crenças e valores que sustentam os discursos, nem sempre explícitas, mas perceptíveis em afirmações generalizantes.
- d)** Discurso do Sujeito Coletivo (DSC): produto final, elaborado a partir da combinação de ECH, IC e AC, redigido em primeira pessoa do singular, com uso de conectivos que conferem coesão e configuram uma voz única.

O resultado é percebido como espelho do pensamento coletivo, possibilitando que os sujeitos se reconheçam nas falas, e permitindo ao leitor a sensação de ouvir uma única voz coletiva. Esse aspecto confere legitimidade e proximidade à análise, distinta das formas mais frias de apresentação de dados, como gráficos e tabelas (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2014; LEFÈVRE, 2017).

Em síntese, o DSC apresenta-se como uma metodologia capaz de captar a essência das opiniões dos grupos pesquisados, identificando representações sociais e favorecendo a construção de um discurso coletivo. Essa potencialidade o torna uma ferramenta particularmente útil para promover reflexões e despertar posturas em relação à preservação do patrimônio arquivístico.

Procedimentos metodológicos

A coleta de dados nesta pesquisa fundamenta-se nos relatos dos gestores de arquivos universitários federais, em suas experiências de vida profissional e na forma como observam a realidade que os cerca, articulando-se diretamente com os sujeitos e os objetos de pesquisa. A linguagem ocupa papel central nesse processo, pois, em diálogo com a Ciência da Informação e com o DSC, permite identificar os valores presentes no ambiente social e profissional dos participantes.

Segundo Bluhm *et al.* (2011), um dos principais méritos da pesquisa qualitativa consiste em dar voz aos sujeitos, favorecendo uma compreensão mais aprofundada de suas visões de mundo e das dinâmicas institucionais. Esses autores destacam que, ao articular o referencial teórico com as percepções dos entrevistados, o pesquisador consegue apreender fenômenos que emergem de modo espontâneo, justamente pela ausência de padronização quando o sujeito é estimulado a se expressar livremente.

Nesse sentido, a investigação enquadra-se como qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos descritivos e exploratórios. O propósito é alcançar uma compreensão densa do objeto, inserindo-o em seu contexto social para analisá-lo a partir dos próprios termos de vivência dos participantes (GOLDENBERG, 2011).

Adota-se, assim, uma perspectiva construtivista, conforme defendido por Merriam (1998), para quem o conhecimento é socialmente construído, admitindo múltiplas interpretações da realidade. Para a autora, “[...] all types of qualitative research are based is the view that reality is constructed by individuals interacting with their social worlds” (MERRIAM,

1998:6). Nessa abordagem, o foco do pesquisador recai sobre a experiência vivida e subjetivamente significada pelos sujeitos.

Campo de estudo

O presente estudo teve como campo empírico as universidades federais brasileiras. O critério de seleção estabelecido foi a existência de PGR que contemplasse especificamente as unidades informacionais arquivísticas. De acordo com consulta realizada em 12 de julho de 2022 no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC) do Ministério da Educação (BRASIL, 2022), identificou-se a existência de 68 universidades federais cadastradas.

Em uma etapa preliminar, buscou-se verificar a viabilidade da investigação, analisando se havia de fato Instituições de Ensino Superior (IES) que atendessem à delimitação proposta e quais poderiam compor o universo da pesquisa. Para tanto, procedeu-se ao levantamento de organogramas institucionais e dos PGR disponíveis, a fim de identificar a posição ocupada pelos arquivos e/ou centros de documentação na estrutura administrativa, bem como os riscos mapeados nesses setores.

No dia 22/07/2021, foram encaminhadas solicitações via Plataforma Fala.BR a 66 universidades federais, enquanto duas instituições, não localizadas no sistema, foram contatadas por e-mail. A escolha pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação justifica-se pelo amparo legal que garante atendimento em até 30 dias, prorrogáveis por igual período mediante justificativa.

Apesar de atrasos e recursos motivados por respostas incompletas, no dia 27/08/2021 obteve-se retorno integral das 66 IFES contatadas via Fala.BR, ao passo que apenas uma das universidades abordadas por e-mail respondeu. Esse resultado confirmou a pertinência da delimitação do campo de estudo.

Contudo, considerando que parte das respostas mencionava que o PGR ainda estava em elaboração – como evidenciam manifestações do tipo: “Estamos na fase de desenvolvimento do plano de riscos da Instituição”; “O Plano de Gestão de Riscos está em processo de elaboração”; ou “O setor responsável encontra-se em fase de estudos e elaboração do mapeamento” –, procedeu-se a uma nova rodada de questionamentos em 12/06/2023. Nessa ocasião, buscou-se atualizar os dados junto às 57 IFES que haviam informado não possuir PGR, novamente por meio da Plataforma Fala.BR, exceto duas instituições contatadas por e-mail. A pergunta encaminhada foi: “Há um Plano de Gestão de Riscos direcionado ao setor de arquivo e/ou centro de documentação da universidade? Em caso afirmativo, solicito o envio do mesmo”.

O ciclo de respostas foi concluído em 02/08/2023, revelando que 16 universidades federais dispunham de PGR aplicados aos arquivos. A distribuição por região foi a seguinte: Centro-Oeste (Universidade Federal de Goiás – UFG, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS e Universidade de Brasília – UnB), Nordeste (Universidade Federal da Paraíba – UFPB), Norte (Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Universidade Federal do Pará – UFPA), Sudeste (Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Universidade Federal de Lavras – UFLA, Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, Universidade Federal do Estado do Rio de

Janeiro – UNIRIO, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e Universidade Federal de Uberlândia – UFU) e Sul (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Universidade Federal do Paraná – UFPR).

De acordo com Marconi e Lakatos (2022:189), “nem sempre há possibilidade de pesquisar todos os indivíduos do grupo ou da comunidade que deseja estudar, devido à escassez de recursos ou à premência do tempo”. Lefèvre e Lefèvre (2012) acrescentam que a melhor pesquisa é aquela que apresenta condições concretas de realização, o que leva o pesquisador a fazer escolhas quando não é viável abranger todos os atores envolvidos. Assim, estabeleceu-se que seriam selecionadas para a etapa presencial as universidades da região Sudeste, por concentrarem o maior número de PGR direcionados aos arquivos e de riscos identificados nesses documentos. Além disso, definiu-se a aplicação de pré-teste em três IES pertencentes a outras regiões, realizado por videoconferência.

Conforme Marconi e Lakatos (2022), o pré-teste do roteiro de entrevistas é etapa fundamental para ajustes no enunciado das questões, avaliação da amostragem e detecção de falhas antes da coleta efetiva. Também contribui para a estimativa de resultados e para a experiência do pesquisador na aplicação, favorecendo maior segurança na condução da pesquisa.

No caso do DSC, o pré-teste torna-se ainda mais relevante, pois a técnica não admite roteiros flexíveis. Não é permitido incluir ou suprimir questões durante a coleta, sob pena de comprometer a reconstrução das representações sociais compartilhadas (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2012). Por isso, as perguntas precisam ser avaliadas previamente, garantindo clareza, compreensão pelos participantes e adequação aos objetivos propostos.

Na perspectiva de Flick (2008), a entrevista deve ocorrer de forma natural, semelhante a um diálogo, permitindo captar nuances como entonações e pausas reflexivas. Para tal, as entrevistas foram registradas em áudio por meio de aparelho celular, sem objeções dos participantes.

Por envolver seres humanos, a pesquisa seguiu rigorosamente as normas éticas estabelecidas pelas Resoluções nº 466/2012 (BRASIL, 2012) e nº 510/2016 (BRASIL, 2016), além da Norma Operacional do Conselho Nacional de Saúde nº 001/2013. Após os ajustes sugeridos pela banca de qualificação, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de vínculo da pesquisadora, via Plataforma Brasil, obtendo aprovação em 14/03/2024.

A participação dos entrevistados esteve condicionada ao consentimento informado, sendo respeitados princípios de confidencialidade, direito à desistência, acesso aos dados e resultados, bem como a garantia de não ocorrência de danos. Para tanto, foi solicitado que cada participante assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias, uma entregue ao entrevistado e outra arquivada pela pesquisadora.

Coleta de dados

As entrevistas presenciais tiveram início em 13/05/2024 e foram concluídas em 24/05/2024, sendo necessárias viagens realizadas por meio de avião, ônibus e veículo

alugado. O roteiro da coleta previa inicialmente a participação de sete universidades federais situadas na região Sudeste (Unifal, UFES, UNIRIO, UFJF, UFLA, UFTM e UFU). Entretanto, durante o processo de agendamento, dois gestores recusaram o convite para integrar a pesquisa.

Das cinco IES restantes, os dirigentes confirmaram participação, mesmo diante do contexto de greve. Em algumas situações, foi relatado que os setores de arquivo foram abertos unicamente para possibilitar a realização da pesquisa, destacando-se que, em função da paralisação, não havia usuários no local e o quadro de servidores estava reduzido. Na UFJF, além do(a) responsável pelo setor, um(a) arquivista também esteve presente na data marcada, contribuindo com as respostas às entrevistas e auxiliando no preenchimento dos formulários. Em todos os casos, foi autorizada a gravação em áudio e o registro fotográfico dos espaços arquivísticos.

Análise dos dados

A Teoria das Representações Sociais (TRS) fundamenta a utilização do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), pois este permite resgatar ideias compartilhadas socialmente. Isso significa que, nos depoimentos, há recorrência de posicionamentos, já que os indivíduos estão submetidos a condições e pressões semelhantes. Tais influências decorrem da exposição às mesmas notícias, programas televisivos, campanhas publicitárias ou até da inserção em categorias profissionais que compartilham interesses comuns (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2012).

Ainda que existam diferentes formas de pensamento, a metodologia prevê a categorização dos discursos em tipos, identificados por “etiquetas” (A, B, C, ...), o que possibilita distinguir e individualizar os depoimentos, resgatando “todas as ideias existentes e não apenas as que são mais presentes em um campo” (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2012:47).

Com as entrevistas coletadas e transcritas, o processamento dos dados é realizado por meio dos operadores do DSC, seguindo uma sequência metodológica (DIAS, 2021; LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2012):

- a)** leitura e releitura das respostas de cada questão;
- b)** identificação das Expressões-Chave (ECH) associadas ao tema central da pergunta;
- c)** extração das Ideias Centrais (IC) em cada resposta;
- d)** análise das IC e das Ancoragens (AC), quando houver, agrupando-as em conjuntos homogêneos;
- e)** nomeação das categorias formadas;
- f)** elaboração do DSC correspondente a cada categoria, redigido na primeira pessoa coletiva, com uso de conectivos que deem unidade ao texto. Nessa etapa, elimina-se a presença de particularismos (como gênero, idade ou eventos isolados), não havendo necessidade de manter a ordem original das ECH;

g) releitura e análise do conjunto dos DSC resultantes para cada pergunta.

Para apoiar a sistematização das etapas, emprega-se o Instrumento de Análise do Discurso (IAD), estruturado em quadro com colunas que organizam os operadores do DSC. O uso de cores e sublinhados também auxilia na identificação durante o processo analítico (WOHLGEMUTH, 2022).

Uma vez construídos, os DSC revelam-se autoexplicativos: os discursos falam por si, dispensando justificativas adicionais. Essa característica reforça a concepção de que a sociedade pensa por meio dos sujeitos, e que as representações sociais, reconstituídas pelos discursos, expressam modos de compreender determinado fenômeno em um contexto histórico e social específico (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2012).

A análise categorial evidenciou que a vulnerabilidade dos arquivos universitários federais está associada, em grande medida, à ausência de PGR específicos. O arquivamento de documentos, com frequência, é tratado de maneira inadequada, sob a percepção equivocada de que qualquer pessoa pode desempenhá-lo. Esse cenário favorece tanto a perda de documentos – pela dificuldade de localização ou por descartes realizados sem critérios técnicos – quanto a deterioração prematura de acervos, em virtude da ausência de medidas preventivas.

No campo político, identificou-se que, em alguns casos, a escolha de gestores arquivísticos para funções de chefia ocorre sem que estes possuam formação em Arquivologia ou áreas correlatas, o que reflete a pouca atenção destinada à preservação documental. Muitas vezes, prevalece apenas o interesse no recebimento da função gratificada.

Do ponto de vista social, torna-se essencial questionar se os arquivos estabelecem vínculos efetivos com a comunidade, observando os fatores que mobilizam técnicos, gestores, comunidade acadêmica e público externo a reconhecer o valor do patrimônio documental e engajar-se em sua preservação para as gerações futuras. Tais percepções foram resgatadas a partir das falas, que, ao serem reunidas e sistematizadas, permitiram reconstituir as representações sociais manifestadas.

O discurso dos gestores dos arquivos universitários

A aplicação do DSC requer a transcrição integral das entrevistas, de modo a possibilitar a análise individualizada de cada questão, com a identificação das ECH, das IC e das AC. Nesse processo, optou-se por preservar a forma oral dos depoimentos e por suprimir elementos que pudessem revelar a identidade das instituições ou dos participantes.

Concluídas essas etapas, foi construído o DSC final, representando a coletividade dos gestores de arquivos universitários em relação à GR em seus setores. A partir da análise, evidenciaram-se dois grandes eixos de pensamento. O primeiro aponta para certo avanço nas funções arquivísticas, aliado a condições mais adequadas de guarda e preservação do acervo, o que contribui para maior reconhecimento, por parte da administração superior, acerca da relevância do patrimônio documental. O segundo eixo, por sua vez, evidencia os obstáculos enfrentados pelos profissionais dos arquivos universitários, entre os quais se destacam fragilidades na estrutura organizacional, carência de recursos humanos e a recorrente desvalorização do setor.

A elaboração do DSC e a identificação desses dois eixos permitiram resgatar as representações sociais manifestadas pelos gestores dos arquivos universitários federais. Embora se reconheça a existência de diferenças entre as instituições – mesmo tratando-se de IES –, bem como disparidades no nível de desenvolvimento das práticas arquivísticas, o consenso entre os participantes esteve na ênfase às dificuldades enfrentadas.

Para facilitar a exposição das ideias identificadas no DSC final, houve a categorização de quatro tópicos:

- O entendimento sobre a gestão de riscos;
- A cultura organizacional e a sua repercussão;
- Estrutura dos arquivos universitários; e,
- Gestão documental.

O entendimento sobre a gestão de riscos

Os profissionais reconhecem a GR como indispensável e ressaltam a importância de sua efetiva implementação. Entretanto, destacam que o apoio institucional é decisivo para viabilizar o monitoramento. Nesse processo, o mapeamento de atividades é apontado como requisito fundamental, pois possibilita identificar recursos humanos e materiais necessários. Sem essa etapa, a GR carece de sustentação organizacional, comprometendo a eficácia do planejamento e dificultando tanto a prevenção quanto a mitigação de riscos.

A GR é também compreendida como elemento central para a preservação documental, uma vez que envolve registros que asseguram direitos trabalhistas – como comprovação de insalubridade e horas extras – e garantem evidências legais. Além disso, a perda de documentos permanentes compromete a memória institucional, atingindo a trajetória histórica, as decisões e a identidade das universidades. Nesse sentido, preservar documentos correntes, intermediários e permanentes é considerado imprescindível para salvaguardar tanto direitos individuais quanto a continuidade da instituição.

Contudo, observa-se que, em grande parte das instituições, a GR ocorre de forma reativa, motivada por normativas legais, mas sem internalização cultural que a torne prática proativa. Em diversos casos, o cumprimento de regras é percebido como simbólico, limitado a formalidades, sem resultados concretos. Soma-se a isso o fato de que a área de arquivos recebe menor atenção em comparação a outros setores, evidenciando uma hierarquia de prioridades que desconsidera a relevância da preservação documental. Entre as IES, essa desigualdade é marcante: enquanto algumas avançam em função de projetos prévios e acúmulo de experiência, outras enfrentam entraves estruturais que dificultam o progresso.

Considerando a escassez de recursos, somada a limitações físicas e políticas, a GR é concebida como um esforço permanente para minimizar danos, ainda que soluções definitivas sejam inviáveis. O planejamento, nesse cenário, é frequentemente percebido como exercício burocrático, pouco articulado às condições reais dos arquivos. Assim, medidas pragmáticas – como o monitoramento visual ou fotográfico de rachaduras – são empregadas como alternativas viáveis, embora não ideais, para acompanhar riscos.

A participação de profissionais especializados, como arquitetos, engenheiros e técnicos em segurança, é amplamente considerada indispensável. Avaliações técnicas são vistas como ferramentas essenciais para prevenir falhas estruturais que possam comprometer os acervos. Da mesma forma, o monitoramento contínuo e proativo é destacado como prática crucial para garantir a integridade documental.

Apesar do consenso sobre sua relevância, a GR ainda sofre com a ausência de valorização da prevenção. Predomina uma cultura organizacional reativa, baseada na improvisação e na boa vontade individual, em detrimento de ações sistemáticas. Essa lacuna é ampliada pela desconexão entre o planejamento estratégico formal e a ausência de iniciativas práticas que mitiguem os riscos diagnosticados, resultando em burocracia ineficaz e frustração dos profissionais.

Por fim, a percepção de insuficiência no suporte governamental e administrativo constitui um dos principais entraves. Embora haja exigências legais, faltam investimentos e retornos concretos que garantam a preservação documental. Nesse contexto, defende-se a necessidade de mudança cultural que valorize a prevenção, integrando a GR como prioridade institucional. A construção de protocolos e indicadores é apontada como etapa decisiva para consolidar uma abordagem proativa, capaz de superar a dependência de soluções improvisadas.

A cultura organizacional e a sua repercussão

A cultura organizacional molda a identidade institucional e orienta práticas e comportamentos, ao mesmo tempo em que é influenciada por seus membros e pelo contexto social, político e econômico em que a organização está inserida. Nas universidades, essa cultura tem se manifestado principalmente por meio da improvisação e do esforço coletivo, que se tornam respostas recorrentes diante da ausência de planejamento estratégico. Tal postura, embora solidária, reflete uma prática amadora e reativa, baseada na lógica do “resolver com o que se tem”, evidenciada em expressões como “o sapo pula quando a situação vem”.

Essa predominância da reação sobre a prevenção traduz um despreparo estrutural e reforça a percepção de que os arquivos ocupam lugar secundário. Muitas vezes tratados como depósitos, esses setores sofrem com espaços inadequados, improvisação de atividades e soluções técnicas precárias, como a simples digitalização ou o armazenamento em dispositivos externos, práticas que desconsideram requisitos legais, técnicos e históricos da preservação documental. A ausência de políticas claras e integradas amplia a fragmentação e banaliza o patrimônio arquivístico.

A resistência cultural à GR resulta da priorização de soluções imediatistas, que ignoram a necessidade de estruturação de processos. O improviso como resposta institucional gera riscos futuros, ao mesmo tempo em que reforça a baixa valorização do setor. Essa negligência se insere em um ambiente acadêmico marcado por disputas de espaço físico, onde atividades administrativas e de conservação são consideradas menos produtivas, relegando a documentação a locais inapropriados.

Apesar das dificuldades, há sinais de mudança cultural. A conscientização sobre a relevância da GR e da gestão documental tem crescido, inicialmente de forma teórica, mas cada vez mais reconhecida como necessária. Projetos de extensão, capacitações técnicas e

ações de sensibilização da equipe vêm contribuindo para consolidar práticas mais estruturadas, substituindo gradualmente a lógica do improviso.

Nesse processo, os arquivos começam a se reposicionar como setores estratégicos e agentes de transformação institucional. A colaboração coletiva, o reconhecimento interno e externo do trabalho arquivístico e a adoção de boas práticas demonstram que a mudança cultural é possível, ainda que dependa de esforço contínuo, apoio institucional e políticas públicas consistentes.

Estrutura dos arquivos universitários

A estrutura administrativa dos arquivos universitários exerce papel estratégico na eficiência organizacional. O modelo de órgão suplementar mostra-se mais favorável por garantir maior autonomia e ampliar a irradiação das ações, enquanto a vinculação às pró-reitorias tende a limitar a comunicação com outras áreas. Nesse sentido, a normatização emerge como elemento fundamental, substituindo práticas informais e reforçando a profissionalização da gestão documental. Ainda assim, os arquivos enfrentam entraves administrativos e culturais que se manifestam nos espaços de guarda, na disponibilidade de materiais, na qualificação da equipe e nos recursos financeiros.

Do ponto de vista físico, as condições de armazenamento representam uma das maiores fragilidades. Documentos são frequentemente mantidos em subsolos, prédios históricos e locais improvisados, expostos à umidade, mofo, infiltrações e poeira, o que compromete sua conservação. O desastre climático ocorrido no Rio Grande do Sul, estado no sul do Brasil, é emblemático, pois evidenciou o descaso com a gestão dos espaços e os riscos de perdas irreparáveis para a memória institucional. Situações semelhantes se repetem em diferentes universidades, demonstrando que a inadequação dos locais de guarda não é pontual, mas um padrão. Apesar das reiteradas solicitações das equipes, a falta de investimento e o descaso administrativo agravam a vulnerabilidade dos acervos.

A escassez de recursos humanos constitui outro desafio crítico. As equipes são reduzidas, sobrecarregadas e frequentemente sem profissionais especializados, como arquivistas e restauradores, o que leva a improvisações e compromete tanto a gestão preventiva quanto a preservação a longo prazo. A sobrecarga de atividades, a ausência de protocolos de emergência e a exposição a riscos de saúde intensificam o desgaste físico e emocional dos servidores. A priorização de tarefas imediatas, como as demandas relacionadas ao Sistema Eletrônico de Informação e a digitalização, em detrimento da preservação e organização do acervo, reforça o caráter reativo da gestão. O cenário político, com cortes orçamentários, redução de cargos e impossibilidade de reposição de pessoal, limitou ainda mais a atuação dos arquivos.

No aspecto financeiro, os arquivos seguem marginalizados nas prioridades institucionais. As restrições orçamentárias forçam a realocação de recursos para demandas urgentes, deixando em segundo plano a preservação e a GR. A carência de investimentos compromete a contratação de especialistas, a manutenção dos serviços e a modernização das práticas, ao mesmo tempo em que exigências crescentes, como a digitalização, aumentam a carga de trabalho sem o devido suporte. Frases como “sem dinheiro, talvez ano que vem” ilustram a percepção coletiva de um setor que, embora reconhecido como essencial, permanece negligenciado pela administração universitária.

Assim, a combinação de limitações administrativas, físicas, humanas e financeiras compromete a eficiência da gestão documental e da preservação. Superar esse cenário exige investimento estruturado, valorização dos arquivos e políticas institucionais que reconheçam sua centralidade para a memória e para a própria sustentabilidade organizacional.

Gestão documental

A gestão documental nas universidades ainda enfrenta entraves relacionados à ausência de padronização, métodos inadequados de arquivamento e dificuldades de localização de documentos. Esses fatores configuram riscos operacionais e administrativos que comprometem a eficiência institucional. Apesar dos esforços das equipes, geralmente reduzidas, o volume de acervos e a complexidade das atividades exigem ações que superam as possibilidades de execução integral. Nesse cenário, torna-se imprescindível uma abordagem interdisciplinar e colaborativa, pautada por princípios técnicos e éticos de preservação da informação, de modo a garantir sustentabilidade, segurança e valorização da memória coletiva.

A preservação constitui eixo central da GR, envolvendo tanto a conservação física quanto a digital. No campo físico, destacam-se práticas preventivas como controle ambiental, limpeza periódica e medidas contra sinistros. Já a preservação digital emerge como desafio estratégico, exigindo políticas de backup, interoperabilidade e armazenamento seguro em nuvem. A insuficiência de investimentos em infraestrutura tecnológica, entretanto, intensifica a vulnerabilidade dos acervos digitais, tornando urgente sua inclusão no planejamento estratégico institucional.

A digitalização, por sua vez, deve ser entendida como instrumento de ampliação do acesso e não como substituto da preservação física. Documentos originais possuem atributos únicos que não podem ser reproduzidos integralmente em formato digital. Além disso, digitalizar sem organização prévia apenas transfere a desordem para outro suporte, gerando ilusória sensação de eficiência. Por isso, a digitalização precisa estar vinculada a processos prévios de classificação, à definição de metadados e a sistemas confiáveis de busca e interoperabilidade.

A difusão dos acervos reforça o papel social dos arquivos ao ampliar o acesso à informação e aproximar a sociedade de seu patrimônio documental. Seja por meio de exposições, plataformas digitais ou redes sociais, a divulgação contribui para o uso acadêmico, cultural e educativo dos documentos, ao mesmo tempo em que sensibiliza os usuários quanto à importância da preservação. Esse movimento fortalece a construção de uma cultura coletiva de valorização da memória institucional e do patrimônio cultural.

Assim, os eixos de preservação, digitalização e difusão articulam-se como dimensões indissociáveis de uma gestão documental efetiva. O fortalecimento dessas práticas depende de investimentos, da capacitação profissional e da consolidação de políticas institucionais que reconheçam os arquivos como pilares da identidade social, acadêmica e democrática.

Considerações finais

A análise dos dados evidenciou que a compreensão da realidade social exige considerar crenças, valores, preconceitos e a cultura que moldam comportamentos e práticas. Nesse sentido, os participantes identificaram a mudança cultural como o maior desafio, pois padrões enraizados ao longo do tempo reduzem a valorização da preservação documental e da profissão de arquivista.

De maneira recorrente, observou-se que documentos são arquivados sem critérios técnicos, manuseados inadequadamente e até descartados de forma imprópria. No ambiente digital, práticas como “salvar na nuvem” ou digitalizar apenas para liberar espaço físico também comprometem a preservação. Apesar disso, há reconhecimento quanto à relevância da GR, especialmente para evitar perdas que possam repercutir negativamente na imagem institucional. Contudo, a pesquisa mostrou que essa atenção raramente se estende aos setores arquivísticos: das 68 universidades federais brasileiras, apenas 16 possuem PGR específicos para arquivos, e mesmo nessas a equipe é reduzida e não há orçamento próprio.

O cenário político, marcado por restrições orçamentárias e ausência de concursos, agrava a carência de pessoal qualificado. A nomeação de chefias sem formação adequada reforça a fragilidade da gestão arquivística. No campo social, entretanto, destacam-se os esforços de aproximação com a comunidade, o impacto das ações de difusão e a necessidade de profissionais criativos e inovadores, capazes de reposicionar os arquivos perante a sociedade.

As falas revelaram ainda que o compromisso ético, o reconhecimento da riqueza informacional e o amor pela profissão são os principais motivadores dos gestores. Mesmo diante de limitações estruturais e da pouca valorização institucional, prevalece o empenho em atuar pelo bem público, em um trabalho comparado ao de “formiguinhas”, em que pequenas ações acumuladas podem gerar resultados significativos ao longo do tempo.

Com isso, a aplicação do DSC, fundamentado na TRS, mostrou-se eficaz para captar a visão coletiva dos gestores de arquivos universitários sobre a gestão de riscos, validando a contribuição teórico-metodológica da abordagem.

Os resultados obtidos apontam para a necessidade de novos estudos, entre eles: como se dá a preservação documental em instituições que não contam com arquivos ou profissionais da área; de que forma se discute a GR em universidades sem PGR específico; e quais medidas têm sido efetivamente implementadas pelos órgãos responsáveis por legislações e normativas, evitando que permaneçam apenas no papel.

Por fim, é reconhecido que a valorização dos acervos é essencial para o fortalecimento da consciência coletiva em torno da preservação documental. Mais do que medidas emergenciais, é necessário promover estratégias preventivas e proativas de gestão de riscos, de modo a assegurar que o patrimônio informacional seja transmitido às gerações futuras.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

2018 *NBR ISO 31000: gestão de riscos: diretrizes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA

2015 *Saúde Coletiva perde três destacados pesquisadores*. [Em linha]. Rio de Janeiro, 12 mar. 2015. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://abrasco.org.br/tres-perdas-para-a-saude-coletiva-brasileira/>.

BECK, U.

2011 *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Trad. Sebastião Nascimento. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BEEERENS, R. J. J.; TEHLER, H.; PELZER, B.

2020 How can we make disaster management evaluations more useful? : An empirical study of Dutch exercise evaluations. *International Journal of Disaster Risk Science*. [Em linha]. 11 (2020) 578-591. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13753-020-00286-7>.

BELLOTTO, H. L.

2017 *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

BERNARD, S.; CARROLL, R.

2022 Disaster risk management: mitigating the effects of flooding at the University of Guyana. *Acceso: Revista Puertorriqueña de Bibliotecología y Documentación*. [Em linha]. 3:1 (2022) 1-12. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://revistas.upr.edu/index.php/acceso/article/view/20018>.

BLUHM, D. J. [et al.]

2011 Qualitative research in management: A decade of progress. *Journal of Management Studies*. [Em linha]. 48:8 (2011) 1.866-1.891. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-6486.2010.00972.x>.

BOTTINO, M.

2012 Arquivo universitário: sonho ou realidade? In *Universidade & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Org. R. Venâncio, A. Nascimento. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012, p. 23-35.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde

2016 Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Seção 1*. (24 maio 2016) 44-46.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde

2012 Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Seção 1*. (13 jun. 2013) 59.

BRITO, J. M. S. de; LAUER-LEITE, I. D.; NOVAIS, J. S. de

2021 *Discurso do Sujeito Coletivo na prática*. Porto Seguro: UFSB, 2021.

CARPES, F. S.; FLORES, D.

2013 O Arquivo universitário e a memória da universidade. *Informação & Sociedade: Estudos*. [Em linha]. 23:3 (set./dez. 2013) 13-22. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91174>.

COUTINHO, S. de A.

2019 *Políticas, programas e serviços arquivísticos: uma abordagem das Instituições Federais de Ensino Superior*. Rio de Janeiro, 2019.

Dissertação de Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

DELMAS, B.

2010 *Arquivos para quê? : Textos escolhidos*. Trad. Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DIAS, J. C. M.

2021 *Análise da disseminação da informação midiática sobre a imagem do acusado e a dignidade da pessoa humana*. Forataleza, 2021.

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal do Ceará.

FIGUEIREDO, T. D.

2021 *Curso de metodologia FACA/UFPA: Pesquisa quali-quantitativa: Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)*. [Em linha]. 2021. 1 vídeo (2h:54m) [Consult. 26 maio 2023].

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=krBbffTlevg>.

Transmitido ao vivo em 17 abr. 2021.

FLICK, U.

2008 *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2008.

GIULIANI, F.; FALCO, A. de; CUTINI, V.

2021 Unpacking seismic risk in Italian historic centres: A critical overview for disaster risk reduction. *International Journal of Disaster Risk Reduction*. [Em linha]. 59 (2021) 102260. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2212420921002260>.

GOLDENBERG, M.

2011 *A Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOMES, F. S.

2025 Documentos raríssimos roubados há 10 anos são encontrados em sótão. *Aventuras na História*. [Em linha]. (21 jul. 2025). [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/historia-hoje/documentos-rarissimos-roubados-ha-10-anos-sao-encontrados-em-sotao.phtml>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

2017 *Programa para a gestão de riscos ao patrimônio musealizado brasileiro*. [Em linha]. Rio de Janeiro, 2017. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em:

<https://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2017/09/gestao-patrimonio-brasileiro-pt.pdf>.

JONES, Z. M.; PAPPAS, T.

2023 Developing an identities-based approach to support more robust resilience and recovery in heritage planning and management. *Built Heritage*. [Em linha]. 7:2 (2023). [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://built-heritage.springeropen.com/articles/10.1186/s43238-023-00082-4>.

LEFÈVRE, F.

2021 *Análise do discurso do sujeito coletivo: limites e possibilidades*. [Em linha]. Canal Enfermagem UFBA SSA, 2021. 1 vídeo (1h:33m). [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4KB_j5R7WaY.
Palestra proferida em 1 out. 2021.

LEFÈVRE, F.

2017 *Discurso do sujeito coletivo: nossos modos de pensar, nosso eu coletivo*. São Paulo: Andreoli, 2017.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.

2023 *Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa : desdobramentos*. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.

2014 Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. *Revista Texto & Contexto Enfermagem*. [Em linha]. 23:2 (abr./jun. 2014) 502-507. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/wMKm98rhDgn7zsfvxnCqRvF/?format=pdf&lang=pt>.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.

2012 *Pesquisa de representação social: um enfoque qualiquantitativo: a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo*. 2ª ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

LEFÈVRE, F. [et al.]

2010. O Discurso do sujeito coletivo como eu ampliado: aplicando a proposta em pesquisa sobre a pílula do dia seguinte. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*. [Em linha]. 20:3 (2010) 798-808. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v20n3/15.pdf>.

LOPES, L. C.

2013 *A Nova arquivística na modernização administrativa*. 2ª ed. Brasília: Projecto Editorial - Annabel Lee, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.

2022 *Fundamentos de metodologia científica*. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MARIZ, A. C. A.; VIEIRA, T. de O.

2020 Classificações dos arquivos e dos documentos de arquivo. In *Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória*. Org. A. C. A. Mariz, T. R. Rangel. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

MELLIN, A. S.; LEFÈVRE, F.

2017 DSC, produção bibliográfica. In LEFÈVRE, F. - *Discurso do sujeito coletivo: nossos modos de pensar, nosso eu coletivo*. São Paulo: Andreoli, 2017, p. 65-73.

MENEZES, J. L.

2012 A Segurança dos arquivos universitários e a missão institucional. *Ágora: Arquivologia em debate*. [Em linha]. 22:44 (2012) 61-87. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/398>.

MERRIAM, S. B.

1998 *Qualitative research and case study applications in education*. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MORIGI, V. J.; NERY, C. H. A.

2014 Reflexões acerca do pensamento complexo e sua relação com o conhecimento da Arquivologia. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*. [Em linha]. 6:1 (2014) 1-31. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1752>.

MOSCOVICI, S.

2009 *Representações sociais: investigações em Psicologia Social*. 6ª ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2009.

ÖZALP, D.

2022 What is disaster risk management and what should it mean for cultural heritage. In AKYILDIZ, N. A; BEKTAŞ EKİC, B. - *Space in macro and micro scales*. Lyon: Livre de Lyon, 2022, p. 121-136.

PEDERSOLI JÚNIOR, J. L.

2023 *Gestão de Riscos: Método ABC*. [Em linha]. Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, 2023. 1 vídeo (1h:32m). [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YlaoCehrmc>. Transmitido ao vivo em 30 mar. 2023.

PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M.

1999 A Teoria de Pierre Bourdieu aplicada as pesquisas sobre a grande burguesia: uma metodologia plural para uma abordagem pluridisciplinar. *Revista de Ciências Humanas*. [Em linha]. 25 (1999) 11-20. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23664/21259>.

RICHTER, E. I. S.; GARCIA, O. M. C; PENNA, E. F.

2004 *Introdução à Arquivologia*. 2ª ed. Santa Maria: FACOS - UFSM, 2004.

ROCHA, L. F.

2014 Teoria das representações sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. *Revista Psicologia: ciência e profissão*. [Em linha]. 34:1 (2014) 46-65. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/wrWbcH7fPm37DBzk6x4JmKK/?format=pdf&lang=pt>.

SANTOS, S. A. S. dos

2018 *Arquivos Universitários: a gestão eficaz e a preservação digital: Um estudo dos sistemas acadêmicos e de recursos humanos da Universidade Federal de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2018. Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais.

SHAREAMERICA

2023 *Defendendo da destruição à arte e à cultura da Ucrânia*. [Em linha]. 2 mar. 2023. [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: <https://archive-share.america.gov/pt-br/defendendo-da-destruicao-a-arte-e-a-cultura-da-ucrania/index.html>.

SHEPARD, E.

2018 Compiling a disaster plan for collections for archival collections: Mid-Atlantic Regional Archives Conference - MARAC. *Technical Leaflet Series*. [Em linha]. 13 (apr. 2018). [Consult. 22 set. 2025]. Disponível em: https://marac.memberclicks.net/assets/documents/marac_techincal_leaflet_13.pdf.

VENÂNCIO, R.

2012 Arquivos universitários no Brasil: esboço de uma cronologia. In *Universidade & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Org. R. Venâncio, A. Nascimento. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012, p. 37-57.

WOHLGEMUTH, V. C. L.

2022 *Percepções de crianças sobre a mediação parental em suas práticas informacionais*. Brasília, 2022.
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação.

Priscila Lopes Menezes | prisccalm@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil